



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

3 DE ABRIL DE 2018

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Passaram dois meses desde a minha última audição regimental nesta Comissão.

Desde então, temos vindo a prosseguir o nosso compromisso na condução das políticas financeiras do país, assegurando a sua sustentabilidade, garantindo-lhe confiança interna e credibilidade internacional e melhorando as condições económicas de Portugal, dos nossos concidadãos e das nossas empresas.



Esta é a nossa missão: desenvolver melhores políticas e trabalhar, com confiança, para um novo patamar de desenvolvimento do país.

É por isso que, nesta minha mensagem inicial, não posso deixar de me referir aos dados divulgados nas últimas semanas pelo Instituto Nacional de Estatística. Estes dados confirmam que Portugal alcançou o seu melhor desempenho económico e financeiro de várias décadas.

A realidade, espelhada nos números divulgados pelo INE, é o resultado de um trabalho rigoroso e exigente de todos os agentes económicos em Portugal e, por isso, deve ser partilhado por todos.

Começemos pelas contas públicas.

O défice público em 2017 foi de 0,9% do PIB. A dívida caiu mais de 4 pp. O excedente primário fixou-se em 3% do PIB.



Como todos se recordarão, em setembro do ano passado, a dívida pública portuguesa saiu do lixo. O processo que nos conduziu até esse enorme sucesso levou a que os juros pagos caíssem quase 300 milhões de euros, entre 2016 e 2017.

Devemos isto ao esforço dos portugueses, das empresas e ao rigor das contas públicas.

O desempenho das contas públicas em Portugal é assinalável. **Portugal continua a cumprir os seus compromissos e continuará a fazê-lo, como desde que este Governo assumiu funções.**

Por isso, também a Comissão Europeia melhorou a avaliação da situação económico-financeira de Portugal, no âmbito do Semestre Europeu, considerando que Portugal corrigiu os desequilíbrios excessivos.



O valor do défice orçamental atingido em 2017 é o mais adequado face às condições económicas, ainda frágeis, do país. É muito importante que todos tenhamos essa noção.

Só com um valor do défice como o atingido em 2017 é possível dar garantias que o país não voltará a entrar em Procedimento por Défice Excessivo, caso enfrente nos próximos anos um quadro económico adverso.

Sim, nas últimas duas recessões europeias, em 2003 e em 2009, Portugal entrou em défice excessivo. A história ensina-nos que não estávamos preparados financeiramente para enfrentar esses períodos recessivos. Este Governo manterá um rumo de rigor para enfrentar o futuro com mais confiança.

Voltar a entrar em défice excessivo, com o endividamento público elevado que ainda temos, traria dificuldades acrescidas a Portugal, num contexto de fragilidade, e



exporia todos os portugueses à incerteza no acesso ao financiamento, com custos financeiros muito elevados. Não voltaremos a esses tempos.

Pelo contrário, com o crescimento económico e com a criação de mais de 300 000 empregos e com as finanças públicas estabilizadas, os portugueses podem voltar a enfrentar o futuro com otimismo e confiança.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

O resultado das contas públicas divulgado pelo INE tem sido objeto de múltiplos comentários que devem merecer uma reflexão rigorosa, para que o debate político seja sério e responsável.



O equilíbrio das contas públicas não é um fim em si mesmo. Portugal cumpriu a pensar no seu futuro coletivo, a pensar nas futuras gerações.

Por isso, a despesa com aquisição de bens e serviços atingiu o crescimento esperado e aprovado em novembro de 2016 pelas senhoras e pelos senhores deputados.

A despesa primária cresceu 2%.

Saúde, Educação e Serviços Públicos nos municípios foram alguns dos destinos preferenciais deste acrescido esforço de despesa do Estado.

No SNS, a despesa cresceu 3,5% e as compras de bens e serviços de saúde pelo Estado cresceram 2,6%.

Nas escolas públicas, a despesa com pessoal cresceu 1,6% e as despesas com a aquisição de bens e serviços cresceram 5,3%.



O investimento público cresceu 25% em 2017. Ou seja, o Estado investiu mais 682 milhões de euros do que no ano anterior.

O saldo de capital – a diferença entre os recursos de capital e os investimentos feitos – caiu 938 milhões de euros. Este foi o maior esforço de investimento público realizado nos últimos seis anos.

A receita fiscal e as contribuições para a Segurança Social cresceram a ritmos superiores aos que antecipávamos no final de 2016: 5% e 7%, respetivamente.

Em contrapartida, o crescimento do PIB nominal cifrou-se nos 4,1%. Ora, como saberão os senhores deputados, num quociente, quando o numerador cresce a um ritmo superior ao do denominador, o valor da fração aumenta.



Isto explica que as receitas fiscais e contributivas possam ter contribuído para a subida do indicador “carga fiscal” sem que tal signifique que tenha havido um aumento do esforço fiscal de cada português; Não houve aumento do esforço fiscal de cada português e as alterações de política fiscal introduzidas por esta maioria foram no sentido de aumentar o rendimento disponível dos portugueses.

Em consequência, as receitas de IVA, por exemplo, cresceram 6,1% em 2017. No entanto, ninguém com seriedade poderá afirmar que houve um aumento do IVA em Portugal em 2017. Aliás, foi o ano em que a redução do IVA da restauração se fez sentir nos 12 meses. Mas se não houve aumento da taxa de IVA, como aumentou a carga fiscal do IVA? Pelo aumento do consumo, de residentes, mas também do turismo.



Também nunca me ouvirão aqui clamar, como outros fizeram no passado, que tal se deve ao aumento da eficiência da máquina fiscal. Ela existe, continuamos a aumentar a eficiência na cobrança de impostos porque é justo que todos paguem. Mas não seria honesto associar todo e qualquer aumento da receita fiscal em percentagem do PIB a uma maior eficiência da máquina fiscal.

O mesmo se passa nas contribuições sociais. Todos sabemos que o Governo não aumentou as contribuições sociais e ainda assim a receita das contribuições para a Segurança Social teve um crescimento assinalável e superior ao do PIB nominal. Os rendimentos salariais dos portugueses cresceram 7,6%. Este é o maior aumento futuro das pensões e também o mais sustentável; aquele que aumenta a nossa confiança no futuro.



Não se pode dizer, portanto, que aumentou o esforço fiscal. Aumentou foi o rendimento das famílias e as bases de incidência dos impostos e as receitas decorrentes.

Temos feito uma redução seletiva e gradual dos impostos, dentro do espaço fiscal existente.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Neste Parlamento aprovámos o OE 2017. Desde esse momento, em que fixámos o défice em 1,6%, tivemos uma execução orçamental em 2016 muito melhor; e isso permitiu-nos sair do PDE.

Mas tivemos também: mais 430 milhões de euros de contribuições sociais; menos 455 milhões de euros de pagamentos de juros; mais 450 milhões de euros de receitas correntes. E fizemos um esforço com as despesas



de capital que foi 325 milhões de euros acima do que tínhamos planeado.

Por isso o défice ficou perto de 1000 milhões de euros abaixo do estimado. Metade são juros, a outra metade são responsabilidades para com as pensões futuras.

E o único corte que tivemos face ao plano inicial foi nos juros e nos subsídios; sinais de que a economia está muito mais forte.

A despesa com pessoal, as prestações sociais, as restantes despesas correntes ficaram totalmente em linha com o previsto no Programa de Estabilidade de 2017. No estrito respeito pelos compromissos assumidos.



Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Esta comissão é também a comissão da Modernização Administrativa.

Iniciou-se no passado dia 1 a campanha de IRS, que decorre até ao dia 31 de maio. Podemos dizer que até às 11h do dia de hoje, já tinham sido entregues 428 868 declarações de IRS, das quais 248 389 através do IRS automático. Até à meia noite de ontem, já tinham sido entregues mais 20% de declarações do que em igual período do ano anterior.

Este ano apostamos na total desmaterialização da declaração de IRS e alargamos para cerca de 60% do agregados a funcionalidade do IRS automático.

No primeiro ano, o IRS automático abrangeu os contribuintes com rendimentos do trabalho dependente e de pensões, sem filhos, tendo sido utilizado por mais de



800 mil agregados, num potencial de 1,8 milhões. Este ano, a medida foi desenvolvida e abrange agora um universo de 3 milhões de agregados, com a inclusão dos agregados com dependentes, bem como dos que usufruam de benefícios fiscais respeitantes a donativos que sejam objeto de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O alargamento do IRS automático a um maior universo de contribuintes permite simplificar muito o cumprimento desta obrigação declarativa, evitar atrasos - com as conseqüentes coimas, e de acordo com a experiência que temos do ano passado, permite diminuir em muito os prazos de reembolso.

No âmbito da simplificação da relação entre o contribuinte e a Autoridade Tributária, permitam-me que possa sublinhar, também, a introdução no mês passado da



funcionalidade do débito direito para pagamento de impostos ou de planos prestacionais, bem como a disponibilização da aplicação móvel da AT sobre a situação fiscal individual, que melhora os meios de cumprimento das obrigações fiscais e facilita a relação entre os contribuintes e a administração fiscal.

Estas iniciativas são importantes e estão enquadradas num dos objetivos centrais do Governo de simplificação da relação dos cidadãos e das empresas com a Administração Pública.

Estes são exemplos do desenvolvimento que temos vindo a impulsionar e do caminho que temos percorrido. Vamos *todos* prosseguir este caminho. Com confiança, cientes do percurso que fizemos e com a responsabilidade de continuar a fazer as melhores opções para o futuro.



Nas últimas semanas soubemos também que o crescimento económico português é o mais sustentável em muitas décadas. Investimento, exportações e emprego. Muito emprego, o dobro do crescimento na Europa e muito investimento, a crescer também o dobro da Europa.

Ainda hoje ficámos a saber que o desemprego está em mínimos de muitos anos. É preciso recuar até julho de 2004 para encontrar uma taxa inferior aos 7,9% registados em janeiro de 2018.

Com o nível de crescimento económico e de emprego atingido em 2017 e com as finanças públicas estabilizadas, Portugal volta a poder enfrentar o futuro com otimismo e confiança.

O valor do défice orçamental atingido em 2017 é o adequado face às atuais condições económicas e financeiras do país.



A política seguida contribuiu para a recuperação de rendimentos e para a criação de um clima de estabilidade e confiança, fundamental para o relançamento da economia e do emprego.

Estamos a fazer o oposto do governo anterior, que num contexto de uma profunda recessão ainda agravou mais a recessão, seguindo políticas fortemente recessivas e que fomentaram um elevado nível de instabilidade e insegurança.

Em economia esta é a definição de austeridade.

Os resultados atingidos e os compromissos já assumidos permitem um ritmo de crescimento da despesa em 2018 que sendo responsável é, ainda assim, significativamente superior ao verificado em 2016 e 2017.



Destaca-se o crescimento da despesa com prestações sociais, a um ritmo bastante mais elevado do que em 2017, e o crescimento do investimento.

As despesas com pessoal também deverão refletir o efeito do descongelamento de carreiras e da reposição de direitos.

Na verdade, tudo isto é o resultado do rigor e da credibilidade da política económica. Podemos querer procurar mais adjetivos, mas nada é mais positivo para os portugueses do que a colossal redução do pagamento de juros.

No final da presente legislatura, face às condições iniciais, que se caracterizavam por um sistema bancário em crise e em resolução, em que imperava a falta de confiança, o



pagamento de juros terá diminuído mais de 800 milhões de euros.

Não há nenhum indicador melhor do que este para sintetizar o sucesso da economia e da sociedade portuguesa. Porque este é o único que chega mesmo a todos os portugueses.

E podem crer, não o vamos colocar em risco.

Muito obrigado.